

Ata da Primeira Reunião Ordinária do ano de dois mil e quatro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tiete-Batalha, de 15/03/2004 publicada no DOE em 16/04/2004.

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, às 9:30 horas, na cidade de Novo Horizonte, nas dependências da Sede do Departamento de Águas e Energia Elétrica, situada à Avenida Guido Della Togna, número 620, com a presença de 19 (dezenove) prefeitos representando o segmento dos Municípios, sendo 9 (nove) titulares a saber: Airton da Silva Rego, José Antonio Amêndola, Carlos Augusto Belentani, Ubaldo José Massari Junior, Valdir Cândido de Souza, José Bertolino, Cláudio José da Trindade, Reinaldo Silvestre Rocha e Carolina Araújo de S. Veríssimo e 6 (seis) suplentes a saber: Toshio Toyota, Hélio Loureiro, Jayme Gimenes, Odail Faqueiro, José Talhari e Milton Arruda de Paula Eduardo; 9 (nove) membros representando o segmento do Estado sendo 8 (oito) titulares a saber: Lupércio Zirolto Antonio, Rogério Chini, Luiz Paulo de Almeida Neto, Miguel Ribeiro, Vanderlei Vladimir Cavichioli, Paulo Augusto Catini, Luiz Roberto Peres e Cláudio João Trolezi e 1 (um) suplente a saber: Pedro Carvalho Mellado; e 13 (treze) membros representando o segmento da Sociedade Civil sendo 7 (sete) titulares, a saber: José Carlos R. de Almeida, Milton Imaizumi, Cláudio Bedran, Walter Mendonça Guilherme, Percival Ramos de Carvalho, Bruno Martelli Mazzo e Argemiro Leite Filho e 6 (seis) suplentes, a saber: Antonio Luiz Bertochi, Emílio Shizuo Fugikawa, David Geraldo Pompei, Antonio Edson Vido, Carlos José Faglioni e Nelson Luiz da Silva, totalizando 29 (vinte e nove) membros com direito a voto, ou seja, 74 % (setenta e quatro por cento) de seu total, deu-se início a Primeira Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê Batalha. A mesa diretora dos trabalhos foi composta pelas seguintes personalidades: Sr. Ubaldo José Massari Junior, Prefeito Municipal de Itápolis e Presidente do CBH-TB, Engenheiro Lupércio Zirolto Antonio, Secretário Executivo do CBH-TB e Sr. Bruno Martelli Mazzo, membro pela OAB representando a Sociedade Civil em virtude da falta do Vice-Presidente do Comitê, Sr. Rodrigo. Com a palavra, o Presidente do CBH-TB, Sr. Ubaldo, prefeito de Itápolis saúda a todos inicialmente e salienta a importância da reunião em que serão definidos os projetos hierarquizados neste ano de 2.004 com os recursos do FEHIDRO. Ressalta que a Câmara Técnica se utilizou na análise das solicitações, dos critérios aprovados na última reunião acontecida na cidade de Lins e pede a todos o uso do bom senso nos questionamentos a serem feitos em virtude do resultado deste trabalho da Câmara Técnica, lembrando que os membros da mesma também foram indicados pelos segmentos que compõe o plenário do Comitê. Retorna a palavra ao Secretário Executivo, Sr. Lupercio que coloca em votação a Ata da Terceira Reunião de 2.003 acontecida na cidade de Lins já remetida anteriormente aos membros juntamente com a convocação. O Sr. David, representante do Fórum Pró-Batalha questiona um dos itens da Deliberação aprovada na reunião de Lins que incluiu como exigência na apresentação dos pedidos o Mapa do IBGE ou do IG com a indicação do local do serviço ou obra pretendida. Salienta que esta exigência em nada acrescenta ao projeto solicitado e pede sua retirada da Deliberação aprovada que neste momento entra em votação juntamente com a Ata da última reunião. Destaca ainda que outros meios de localizar a obra podem ser apresentados em lugar deste Mapa. O Secretário Executivo esclarece que o que está em votação não é a alteração da Deliberação, já que esta já foi aprovada pelo plenário, mas sim o teor escrito da Ata transcrita a partir da Reunião de Lins. O Sr. David ainda solicita ao plenário que altere a redação da Deliberação já aprovada. Colocada em votação a redação da Ata é aprovada por unanimidade sem nenhuma alteração pelo plenário. O Sr. Lupercio solicita ao Sr. David que no

que se refere ao seu pedido de exclusão da exigência do Mapa do IBGE que o faça quando da discussão da análise pela Câmara Técnica. Ainda com a palavra, o Sr. Lupericio, Secretário Executivo faz os seguintes informes: 1) que a Secretaria do Ambiente está realizando Curso de Capacitação Técnica aos representantes dos Comitês e que os interessados devem se manifestar junto à Secretaria Executiva; 2) que a ABES de Lins estará realizando nos dias 17, 18 e 19 de março Curso sobre Diagnóstico de Perdas de Abastecimento de Águas destacando a importância deste Curso para as Administrações Municipais; 3) que a Coordenadoria do Fórum Paulista de Comitês que está a cargo do CBH-TB realizará reunião ordinária em Campos do Jordão no dia 25 de março tendo como um dos assuntos a serem tratados o 1º Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo que acontecerá na cidade de Praia Grande. Retomando a palavra o Sr. Ubaldo, presidente do Comitê dando continuidade à pauta inicia as discussões sobre a Deliberação que destinará os recursos do FEHIDRO de 2.004 para o Comitê do Tietê-Batalha. Sugere ao plenário que as discussões se iniciem pelo item “Projetos de Educação Ambiental” o que é aprovado por unanimidade. Neste item a análise da Câmara Técnica aponta para a apresentação de apenas um projeto que foi desclassificado por não apresentar contrapartida mínima de 20%. O Sr. David solicita a palavra para como representante do Instituto Vid’água, detentor do projeto, questionar a redação do Manual de Procedimentos para Investimentos que deixa dúvida sobre se os 20% é sobre o total do empreendimento ou sobre o valor a ser financiado. O Sr. Ubaldo, presidente do Comitê esclarece que a redação é de apresentação de contrapartida de 20% sobre o valor total do empreendimento o que foi respeitado por todos não somente neste ano como nos anteriores. O Sr. Lupericio lê o Artigo 38 do Manual e esclarece a dúvida do Sr. David, que ainda assim pede que seja solicitada do COFEHIDRO por escrito uma explicação mais clara para este Artigo que trata dos 20% de contrapartida. Sem mais nenhum óbice do plenário fica aprovado a desclassificação do projeto apresentado conforme o Parecer da Câmara Técnica sendo os recursos deste item para serem discutidos sua aplicação no decorrer da reunião. O Sr. Ubaldo, presidente do Comitê passa então para a discussão do segundo item da Deliberação, ou seja, aplicação de recursos em “Obras e Serviços de Saneamento Básico e Ambiental”. Inicialmente relata sobre os projetos desclassificados pela Câmara Técnica e abre a discussão no plenário sobre estas solicitações. Representante da Prefeitura de Taquaritinga discute sobre a exigência de ART para Termo de Referência visando recursos para elaboração de Projeto. O Sr. Secretário Executivo esclarece que foram amplamente discutidas pelo plenário na última reunião as exigências constantes da Deliberação aprovada e que qualquer trabalho de engenharia, caso, por exemplo, do Termo de Referência, deve constar a presença da ART do Responsável Técnico pela elaboração. O Prefeito de Taquaritinga, Sr. Milton usa da palavra para questionar esta exigência destacando sua revolta com quem dirige os destinos do meio ambiente neste país e salientando que não pode ficar de fora porque simplesmente o Termo de Referência não foi acompanhado de uma ART. Acrescenta ainda sua revolta pela desclassificação pela falta da ART dizendo-se fora do plenário se este assim aceitar o que foi exposto pela Câmara Técnica. O Sr. Lupericio esclarece que os trabalhos da Câmara Técnica devem ser sempre olhados sobre o prisma de que a mesma seguiu uma Deliberação aprovada em plenário e não tem nenhum interesse em priorizar esta ou aquela obra ou serviço. O Sr. Ubaldo, presidente do Comitê dirigindo-se ao Prefeito de Taquaritinga diz que, em função da importância da solicitação daquele Município, vai colocar oportunamente em votação na reunião a inclusão do pedido nas priorizações do Comitê. Com a palavra, o prefeito de Urupês, Sr. José Ito lembra

que na reunião acontecida em Dobrada, de definição dos recursos do FEHIDRO de 2.003, foram eliminados da lista de hierarquizações os pedidos de solicitantes não presentes em plenário sendo ele próprio um prejudicado por ter faltado àquela reunião. Pede que o mesmo procedimento seja realizado nesta reunião. O Sr. Ubaldo, presidente do Comitê após ampla discussão pelo plenário coloca em votação esta proposta que é aprovada pela maioria tendo como resultado em continuar na definição da hierarquia somente os solicitantes que estão no plenário ou que mandaram seus representantes. O Sr. Lupercio ressalta que em nada se mudou a lista de hierarquia pela Câmara Técnica, pois todos os solicitantes estão presentes em plenário e destaca que este tipo de votação pelo plenário deve ser evitado por não fazer sentido e para isto salienta que no segundo semestre de 2.004 deverão estar sendo revisados e discutidos os critérios para a utilização dos recursos do FEHIDRO de 2.005. Continuando a discussão, o presidente do Comitê não tendo mais nenhuma reclamação pelos desclassificados no item "Obras e Serviços de Saneamento Básico e Ambiental" propõe que o município de Taquaritinga que solicitou recursos para Elaboração de Projeto de Tratamento de Esgoto seja incluído já que somente faltou a ART. Colocada em votação a proposta de inclusão de Taquaritinga é aprovada pela maioria. Retomando a discussão, o Prefeito de Avaí propõe inicialmente que seja votado que os recursos destinados à "Projetos de Educação Ambiental" e que não foram utilizados sejam divididos meio a meio para "Obras e Serviços de Saneamento Básico e Ambiental" e para "Obras e Serviços de Controle, Combate e Prevenção à Erosão". Proposta aprovada pela maioria com resultado de vinte votos a favor, cinco contrários e quatro abstenções. O Presidente do Comitê, Sr. Ubaldo questiona ao plenário se existe alguma sugestão para a hierarquia dos recursos já que o valor dos projetos analisados, pontuados e aprovados pela Câmara Técnica é superior ao recurso existente neste item de "Obras e Serviços de Saneamento Básico e Ambiental". O Prefeito de Dobrada solicita ao Prefeito de Itápolis que reduza o seu valor solicitado por ser muito maior que os demais pedidos. O Prefeito de Itápolis, Sr. Ubaldo esclarece que o seu pedido é o único para tratamento de esgoto e que não deve reduzir o mesmo por risco de não terminar a obra. Propõe que os valores dos pedidos aprovados pela Câmara Técnica sejam reduzidos numa mesma proporção para atendimento a todos. O Sr. Lupercio, Secretário Executivo se manifesta contrário à redução de valores de obras, pois esta redução pode inviabilizar a obra solicitada. O Vice Prefeito de Lins se manifesta a favor da proporcionalidade para atendimento a todos os hierarquizados. O Prefeito de Nova Aliança se manifesta dizendo que o município de Itápolis poderia executar sua obra em duas ou três etapas como foi feito em seu município. Acrescenta ainda ser contrário a hierarquizar recursos do FEHIDRO para a SABESP por ser esta uma empresa que dá lucro. O representante da SABESP, Eng. Luiz Paulo manifesta-se pela legitimidade do pedido da SABESP, dado que a lei permite. Destaca que o importante seria que todos os que gerenciassem saneamento tivessem capacidade econômica igual à SABESP. Finalmente esclarece que a solicitação é para o município de Balbinos e que se trata de uma adequação ao sistema de tratamento que já está superado sendo que nos outros comitês a SABESP tem tido êxito já que solicita recursos em obras que resultarão numa melhoria de qualidade para os rios, ou seja, tratamento de esgoto. O Prefeito de Taquaritinga manifesta-se também contrário à solicitação da SABESP. O Presidente do Comitê, Sr. Ubaldo coloca então a proposta de exclusão da SABESP das hierarquizações do Comitê e a mesma é aprovada pela maioria com quinze votos a favor, dez contrários e quatro abstenções. A seguir, o Sr. Ubaldo, presidente do Comitê abre a discussão sobre aprovação da proporcionalidade neste item de "Obras e Serviços de Saneamento Básico e

Ambiental". O Sr. Lupercio, Secretário Executivo do Comitê, manifesta-se novamente contrário à regra da proporcionalidade porque assim muitas obras poderão não ser concretizadas pelos tomadores já que haverá o aumento da contrapartida. O Sr. Bedran, do Instituto Planeta Verde ressalta também os riscos de os tomadores num ano político terem seus valores solicitados reduzidos com aumento da contrapartida. Colocada em votação, a redução dos valores solicitados pelos tomadores no item "Obras e Serviços de Saneamento Básico e Ambiental" para os projetos pontuados e hierarquizados pela Câmara Técnica é aprovada pela maioria com quatorze votos a favor, doze contrários e três abstenções, sendo que fica definido que os tomadores terão dez dias para ajustarem seus projetos e encaminharem à Secretaria Executiva visando a continuidade no trâmite junto ao SECOFEHIDRO. O Sr. Lupercio esclarece que os valores finais de hierarquização para os projetos aprovados constarão da Deliberação que deverá ser publicada juntamente com esta Ata e que a redução será um multiplicativo por 68,07% dos valores inicialmente solicitados. A seguir, o Sr. Ubaldo abre a discussão sobre o último item sobre "Obras e Serviços de Controle, Prevenção e Combate à Erosão" e inicialmente abre a palavra para os desclassificados pela Câmara Técnica. O Sr. Bedran, do Instituto Planeta Verde se diz injustiçado por não ter sido classificado simplesmente porque não apresentou o mapa do IBGE. Esclarece que seus projetos são elogiados e servem de modelo para a Fundação Florestal, que atende a vários municípios na região e acrescenta que não apresentou o mapa do IBGE que era exigido na Deliberação do Comitê, mas que apresentou um mapa em escala maior e mais detalhado, já que no mapa do IBGE seu projeto ficaria em tamanho insignificante. Solicita coerência do plenário para que seu projeto não seja excluído. O Sr. David manifesta-se também para que não seja excluído somente pela falta da planta do IBGE acrescentando que desde o começo está no Comitê e que o Projeto do Fórum Pró-Batalha no Rio Batalha já está na quinta fase. A Prefeita de Reginópolis solicita que seu município não seja excluído, pois já está quase com a licença solicitada do DEPRN e a obra solicitada é de extrema importância. Da mesma maneira, o prefeito de Matão solicita que seu projeto não seja excluído, pois já conseguiu as licenças exigidas. O Sr. Ubaldo, presidente do Comitê, inicialmente sugere que da mesma maneira que no item anterior, seja votada a proporcionalidade para atender a todos os pontuados e hierarquizados pela Câmara Técnica. Proposta aceita, votada e aprovada pela maioria com quatorze votos a favor, seis contrários e nove abstenções. A seguir coloca em votação a inclusão do Planeta Verde e do Fórum Pró-Batalha que não apresentaram o Mapa do IBGE como solicitado na Deliberação. Por maioria a proposta é recusada com 12 votos contrários, dez a favor e sete abstenções. A seguir é votada e aprovada a inclusão do município de Reginópolis pela maioria do plenário, com onze votos a favor, seis contrários e doze abstenções. A seguir é votada e aprovada pela maioria a inclusão do município de Matão com nove votos a favor, oito contrários e doze abstenções. O Sr. Lupercio esclarece que a proporcionalidade acusou então uma redução para 31,8% dos valores solicitados e que os mesmos constarão da Deliberação que será publicada logo após a Ata desta Reunião. Retomando a palavra no plenário, a Engenheira Rose protesta pelo descaso com o trabalho da Câmara Técnica. O Sr. Walter do SOS Rio Dourado diz que mais uma vez a sociedade civil fica prejudicada na hierarquização dos recursos. O Sr. David coloca algumas sugestões para a utilização dos recursos no ano de 2.005 e pede que sejam realizadas reuniões preparatórias para a definição dos critérios. O Sr. Lupercio, Secretário Executivo destaca ao representante do SOS Rio Dourado que aproximadamente 25% dos recursos do FEHIDRO deste comitê foram utilizados pela Sociedade Civil e que concorda com o Sr. David de que há a necessidade de

melhor estruturar a Câmara Técnica e os critérios que definirão os recursos do FEHIDRO para os próximos anos. Com a palavra, o Sr. Izaias, Superintendente da SABESP manifesta-se para salientar os avanços dos Comitês de Bacias no estado e seu espírito democrático, mas ressalta que às vezes nós rasgamos todo o trabalho que é feito pelos técnicos das Câmaras Técnicas e que assim seria melhor que elas nem existissem. Ressalta que mais uma vez este comitê discriminou a SABESP e que assim o fazendo discriminou os municípios de Lins, Balbinos, Novo Horizonte entre outras, que pagam suas tarifas justas e que possuem em seus municípios as menores perdas de água de abastecimento da América do Sul. Finalmente acusa que não podemos admitir a discriminação com quem já fez o dever de casa e mais uma vez solicita respeito com o trabalho dos técnicos da Câmara Técnica na qual a SABESP tem um membro, ressaltando que se assim este comitê continuar a tomar suas decisões em plenário, a SABESP poderá não mais participar da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação. O Sr. João Carlos Herrera, da SABESP, usando da palavra, destaca que participou de outro comitê em reunião plenária e que o trabalho da Câmara Técnica foi respeitado. Como participante nos trabalhos da Câmara Técnica deste ano se sentiu a partir desta reunião desmotivado para continuar colaborando e que urgentemente este comitê precisa de novas regras para balizar a hierarquização dos pedidos. O Sr. Lupercio, Secretário Executivo esclarece que o trabalho da Câmara Técnica não foi desrespeitado já que todos os pedidos pontuados pela mesma foram hierarquizados apenas se aprovando em plenário pelos próprios tomadores um valor redutor. Concorde apenas no que tange à exclusão da SABESP, dizendo que votou contrário a isto e que neste tópico sim a Câmara Técnica foi deixada de lado. Enaltece o trabalho de todos os técnicos da Câmara Técnica e acrescenta que muitas discussões deverão ser feitas no intuito de melhorar e detalhar os critérios de classificação e desclassificação para os pedidos feitos a partir do ano de 2.005. Ainda usando da palavra, o Sr. Lupercio elogia as palavras do Eng. Herrera da SABESP e reitera a necessidade de discussão de critérios mais justos e um maior esclarecimento por parte da Câmara Técnica quando a mesma apresentar seu parecer ao plenário. Usando da palavra, os prefeitos de Bady Bassit e Guarantã solicitam que os valores dos contratos por eles firmados em 2.003 e ainda não licitados sejam cancelados e transferidos para somar a este hierarquizado em 2.004, pois se trata de obra no mesmo local. Colocada em votação a solicitação é aprovada por unanimidade dos presentes. Retornando com a palavra, o presidente do CBH-TB, Sr. Ubaldo agradece a todos pela presença na reunião, que apesar de longa chegou a um consenso. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, sendo em seguida lavrada a presente ata, que foi por mim, Lupércio Ziroldo Antonio, Secretário Executivo, assinada e encaminhada para publicação no Diário Oficial do Estado, juntamente com a Deliberação CBH-TB/001/2004 que define os recursos de investimentos do FEHIDRO para o CBH-TB no ano de 2.004, sendo que posteriormente tanto a Ata como a Deliberação serão enviadas em cópia aos componentes do CBH-TB para aprovação na Reunião seguinte.